

EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: A INCLUSÃO ESCOLAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

*Lorena Araújo Simões¹
Natália Aparecida Brito Castilho²
Lillian Gonçalves de Melo³*

RESUMO

A síndrome de Down é uma alteração genética caracterizada pela existência de um cromossomo adicional no par 21, não se sabe por que isso acontece. Devido à deficiência intelectual, a dificuldade de adaptação no ensino regular se torna um obstáculo a ser vencido. A proposta da inclusão vem ganhando espaço na área educacional, trazendo oportunidades para que criança com deficiência tenha acesso a um ensino voltado para as suas especificidades. O estudo caracteriza-se em uma pesquisa de caráter bibliográfico, além de uma pesquisa de campo, realizada com três professores, em uma escola de rede pública na cidade de Januária- MG, com o tema a criança com síndrome de Down no ensino regular. Esta pesquisa tem o intuito de apreender como essa nova proposta está sendo acolhida no âmbito educacional. De acordo do com a fundamentação teórica e a pesquisa realizada, pode-se perceber que as escolas estão se adaptando e os professores estão em constante aperfeiçoamento para atender os alunos com algum tipo de deficiência. Além disso, identifica-se que o ensino aprendizado dos alunos com síndrome de Down é possível, pois eles são capazes de aprender, basta apenas adequar os métodos de ensino à especificidades dos educandos; porém, devido a falta de recursos pedagógicos e aos poucos cursos de formação continuada, isso ainda representa um desafio a ser vencido pelo ensino regular.

Palavras Chave: Inclusão; Deficiência Intelectual; Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, o objetivo é compreender a concepção de alguns professores sobre os paradoxos da inclusão, como foco para a inclusão da criança síndrome de Down na educação básica. Como objetivos específicos: descrever as concepções dos professores sobre a inclusão de alunos especiais no ensino regular, com foco para crianças com deficiência intelectual; discutir os desafios dos professores ao lidar com a inclusão escolar; relatar as experiências e formação dos professores investigados na área da educação inclusiva, a fim de identificar os paradoxos presentes no processo de inclusão escolar, com foco para as crianças com deficiência intelectual.

Para isso, desenvolvem-se uma pesquisa de cunho bibliográfico e descritivo, tomando como referência as discussões de Marchesi (2004), Novaes (2006), Alves (2007), Vygotsky (1997), Declaração de Salamanca (1994), LDBEN (1996).

Esse tema de pesquisa é relevante por perceber que, durante muitos anos, a criança portadora da síndrome de Down era rotulada como incapaz e até mesmo como “monstro”. Sabe-se

¹ Graduada em Pedagogia pelo INCISOH/ Ceiva

² Graduada em Pedagogia pelo INCISOH/ Ceiva

³ Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC-Minas e professora do INCISOH/ Ceiva

que a síndrome de Down é um tipo de deficiência intelectual que é causado em virtude de um acidente genético no cromossomo 21 é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária, que compromete o sistema nervoso central, trazendo como consequência o retardo mental.

Embora saibam que o aluno com síndrome de Down ou outro tipo de deficiência intelectual possua dificuldades de aprendizagem, ele deve ser estimulado e trabalhado de forma concreta e lúdica, respeitando o ritmo de cada criança e propiciando-lhe a estimulação adequada para o desenvolvimento de suas habilidades, tornando o aprendizado mais prazeroso e despertando assim o interesse em aprender.

Além da pesquisa bibliográfica, realizou-se também uma pesquisa de campo através da aplicação de questionários a três professoras que trabalham em uma Escola Estadual de Januária-MG, que possui em sua estrutura física adaptações para pessoas com necessidades especiais, como também sala de recursos com professores de apoio, que acompanham as crianças com algum tipo de deficiência. Neste trabalho haverá discussões acerca da educação inclusiva e a deficiência intelectual.

A inclusão: o que prevê a legislação

A inclusão propõe dar a oportunidade às crianças que possuem alguma deficiência, para que assim elas possam ter acesso a um ensino de qualidade e com isso, ter uma vida profissional como qualquer indivíduo. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 1996, aborda, no Art. 58, que a educação especial constitui uma modalidade da educação escolar e deve ser oferecida, preferencialmente, nas instituições de ensino regular.

Dessa maneira, o aluno possui direito de frequentar a escola regular. O atendimento deve ser feito em escolas ou serviços especializados sempre quando não for possível o atendimento em salas comuns no ensino regular. Cabe destacar que a educação especial é prevista pela Constituição, é dever do Estado contribuir para que essas crianças tenham acesso a esse ensino de qualidade, voltado para as especificidades individuais de cada aluno.

É assegurado aos alunos com necessidades especiais um currículo adaptado a esse educando com recursos didáticos, metodologias educacionais específicas e adaptadas, para que o professor possa atender a esses alunos de acordo com as dificuldades de cada um. Na Constituição Federal (1988), artigo 208, inciso III, assegura o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino.

A Declaração de Salamanca (1994) foi um dos marcos da educação inclusiva, porque enfatiza a concepção de que todos têm o direito à educação. A origem dessa declaração aconteceu

na conferência “Educação para todos”, em 1990, em Salamanca na Espanha. Em diversas passagens da Declaração de Salamanca (1994), a inclusão é sempre mencionada como processo em que todas as crianças devem aprender juntas, não importando as dificuldades e diferenças que possam ter. É notório o princípio de inclusão, de conviver com a diversidade presente na Declaração de Salamanca.

A escola inclusiva deve estar adaptada para atender as dificuldades dos seus alunos. Dessa maneira, é possível trabalhar os diferentes ritmos e estilos, cujo objetivo seja que as crianças possam aprender todas juntas, independente de suas necessidades. Deve-se também receber todo o treinamento para que o trabalho ao aluno especial seja eficaz e possibilite um ensino de qualidade. Assim, são necessários professores qualificados para que a inclusão realmente aconteça de modo de que os alunos aprendam.

É necessário discutir que a educação inclusiva começou a fazer parte das escolas através da Declaração de Salamanca, que influenciou o desenvolvimento da educação inclusiva no acesso de pessoas com deficiência, buscando uma educação de qualidade para todos. O princípio norteador da Declaração de Salamanca diz que:

Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir crianças deficientes ou superdotadas, crianças de rua e que trabalha crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagens ou marginalizadas (BRASIL, 1996, p. 56).

Com isso, a inclusão deve dar oportunidades às crianças, jovens e adultos com algum tipo de deficiência no processo de ensino aprendizagem no âmbito educacional. A escola tem a função importante no desenvolvimento cognitivo e social das crianças, atribuindo a eles uma educação de qualidade e promovendo sempre a interação entre a escola e a família no processo pedagógico.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais, no ensino regular, tem sido um dos temas mais discutidos na atualidade devido à evolução pela qual tem passado a sociedade. Para isso, há o princípio que todos podem aprender. Isso contribui para uma discussão no sistema de ensino, que é necessário para ajudar a reduzir às limitações e dificuldades encontradas pelos alunos. Isso evitará possíveis situações de discriminação no universo da escola. A esse respeito, Marchesi diz que:

[...] a educação especial viveu profundas transformações durante o século XX. Impulsionada pelos movimentos sociais que reivindicavam mais igualdade entre todos os cidadãos e a superação em qualquer tipo de discriminação, incorporou-se, aos poucos, ao sistema educacional regular e buscou formulas que facilitassem a integração dos alunos com alguma deficiência (MARCHESI, 2004, p. 15).

É nessa perspectiva que a escola pode contribuir, assumindo uma responsabilidade e ajudar no desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem de cada indivíduo. As escolas inclusivas

conceituam a educação especial de maneira radical, baseando seus direitos à integração e na necessidade de uma possível educação de qualidade para todos, sem nenhum tipo de exclusão.

A escola regular tem o papel de ensinar todos os alunos a conviver com a diversidade. Isso impulsiona mudanças na concepção e organização pedagógica das escolas e estabelece novos conceitos na formação dos educadores. Sendo assim, a inclusão escolar surge para acabar com as barreiras encontradas pelas pessoas com algum tipo de deficiência e fazer com que a sociedade se interesse pela discussão e contribua no respeito e no convívio com a diversidade.

A inclusão no contexto educacional

Para Novaes (2006), a educação inclusiva baseia-se numa visão ampliada do processo de ensino e aprendizagem, que “parte do princípio de que todos podem aprender e que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas”. (NOVAIS, 2006, p.09). Assim, a escola deve entender e conduzir para a construção de novos referenciais e aprender a lidar com as diferenças por serem parte da condição humana.

O processo de ensino se resume em uma experiência compartilhada, saber lidar com a diversidade e diferenças, porque cada aluno possui uma particularidade no que se refere ao ensino-aprendizagem. Cabe então ao gestor da escola, juntamente com os professores, trabalhar com aulas práticas, lúdicas e prazerosas; para que o educando sinta-se impulsionado e tenha prazer em aprender. De acordo com Novais, para ocorrer à inclusão é necessário:

[...] uma posição crítica dos educadores em relação aos saberes escolares e à forma como podem ser trabalhados; implica uma estrutura que deve acompanhar o ritmo dos educandos, em um processo que requer diálogo dos professores com a comunidade escolar com os outros campos do conhecimento (NOVAES, 2006, p. 9).

Na educação inclusiva, a visão de ensino parte de um princípio em que todos podem aprender, as diferenças devem ser respeitadas. Com isso, a escola torna-se um lugar propício para a construção de conhecimentos para esses sujeitos, pois é na convivência social que se torna possível aprender novas habilidades.

Também não é difícil notar que são diversas as dificuldades encontradas pelas famílias e pelos deficientes. Na educação brasileira atual, o descaso com investimento em educação é grande, daí surge à dificuldade dos profissionais da educação proporcionar uma metodologia satisfatória.

Com base nas discussões do Projeto Incluir: diretrizes da educação inclusiva em Minas Gerais (2006) há soluções e caminhos para que a educação inclusiva venha acabar com as diferenças e contribuir para uma sociedade mais ética e justa. A educação inclusiva consiste no

conceito de que todos têm direito a educação, levando sempre em conta as habilidades e necessidades de aprendizagem de cada pessoa. Assim,

Em todas essas propostas, há um claro reconhecimento da diversidade de culturas, grupos sociais e alunos que convivem na escola. A resposta educativa a essa diversidade talvez seja o desafio mais importante e difícil que as escolas enfrentam atualmente (COLL *et al.*, 2004, p. 27).

Dessa maneira, as escolas regulares deverão ser capazes de satisfazer todas as necessidades, representando o meio mais eficaz para construir uma educação para todos, levando sempre em conta as diferentes características de grupos sociais, promovendo efetiva relação de todo o sistema educacional.

Para que uma educação inclusiva aconteça, é preciso que todos que atuam nos sistemas de ensino, como também pais, familiares e toda sociedade se sintam como parte desse processo, para que ocorram mudanças satisfatórias nas unidades de ensino. É importante à formação do professor diante da proposta inclusiva, que requer uma nova prática na construção de atividades de ensino e aprendizagem.

Em reportagem a Revista Educação Especial (2007), as autoras Zan Mustacchi e Patrícia Salmona discutem que o professor não deve apegar-se a um currículo fixo e deve engajar-se a modelos inovadores, com improvisação voltada a necessidades gerais do aluno, visando proporcionar basicamente uma educação e não necessariamente um aprendizado acadêmico.

O professor deve assumir uma postura inclusiva, para que possa ajudar seu aluno, não enxergando como deficiente mental, mas como uma criança que tem sim suas limitações, mas que possui desejo de aprender e de se socializar.

A formação profissional determina questões que, no entanto, são conduzidas por propostas de uma educação mergulhada em crises ao devido desespero e até mesmo por falta de inovação profissional. Os professores precisam ser convencidos da necessidade de transformação da sua prática, para que junto com a família possam construir condições para que a inclusão na escola esteja adequada para atender as necessidades desses alunos e da sociedade.

A família, primeiramente, é a mais importante no processo de inclusão escolar. Muitos pais de alunos com deficiências possuem um pensamento negativo diante da proposta de inclusão, e acham melhor que essas crianças estudem em escolas especializadas. Outros pensam que a educação inclusiva poderá trazer consequências negativas para seus filhos. Para Petean e Borges (2002), a participação da família promove o desenvolvimento da criança e atua como agente mediador entre a escola e o meio social.

O principal objetivo da inclusão é provocar mudanças nas escolas, atendendo a necessidades de todos, garantir o livre acesso de forma planejada para beneficiar todos os alunos sem discriminação de cor, raça e etnias. Com base na complexidade, considera-se que é necessário

conhecimento disciplinar e interdisciplinar da educação especial, facilitando o uso de metodologias e estratégias didáticas para se trabalhar coletivamente.

Não se pode esquecer um conjunto de relações complexas e diversificadas que demandam Políticas Públicas Educacionais coerentes, nas quais a complexidade educacional ocorre sempre em situação específica, já que os alunos são todos diferentes uns dos outros. Portanto, para haver uma educação inclusiva é necessário que a escola esteja adaptada profissionalmente para receber os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que tenha a concepção de que todos podem aprender e saibam lidar com a diversidade.

O educando com Síndrome de Down

O foco deste trabalho é discutir a inclusão de crianças com deficiência intelectual no ensino regular. A deficiência intelectual, que é definida por causas variadas, sendo a genética mais comum, associada à má-formação fetal ou problemas durante a gravidez. Na deficiência intelectual há no mínimo duas limitações para as seguintes habilidades: comunicação, interação social, saúde, lazer entre outros.

Em 2004, o termo deficiência intelectual substituiu deficiência mental por recomendações da (ONU) Organização das Nações Unidas, para evitar possíveis situações de discriminação social. Uma das características do deficiente intelectual que pode prejudicar em seu aprendizado é a comunicação, pois essa limitação dificulta no convívio com os colegas e contribui com a falta de interação social.

Para garantir o desenvolvimento conceitual da deficiência intelectual é preciso considerar práticas sociais para que haja possibilidade de atender as necessidades individuais de cada indivíduo específico. Esta nova condição de definir a deficiência intelectual evoluiu no sentido que deixa de conceituar a deficiência como estática ou imutável e passa a considerar o contrário. Mantoan

[...] defende que as pessoas com déficit intelectual precisam de: competência intelectual desenvolvida a partir da preservação do direito de viver desafios para desenvolver suas capacidades; autonomia desenvolvida quando há reconhecimento do direito de decidir e escolher de acordo com suas necessidades e motivações; considerar o papel do meio social no processo interativo de produção das incapacidades, garantindo-lhes o direito de se desenvolverem com as demais pessoas em ambientes que não discriminem que ao contrário, valorizem as diferenças (MANTOAN, 1998, p. 238).

Assim, é necessário aplicar estratégias de ensino e oferecer suporte para que o aprendizado do deficiente intelectual seja alcançado mesmo que de forma diferenciada das outras pessoas. Deve-se considerar que o deficiente intelectual possui sim limitações, mas é capaz de adaptar-se às diversas situações da vida.

Devido à diversidade das deficiências intelectuais, neste trabalho, adota-se como objeto de investigação a Síndrome de Down, que é causada por um acidente genético no cromossomo 21, é uma alteração genética causada por um erro na divisão celular durante a divisão embrionária que compromete o sistema nervoso central, trazendo como consequência o retardo mental.

O indivíduo com Síndrome de Down em vez de dois cromossomos no par 21 possui três. Não se sabe o porquê isso acontece. Devido à deficiência intelectual, a dificuldade de adaptação no ensino regular se torna um obstáculo a ser vencido. Cabe ao professor seguir passo a passo o processo de aprendizagem levando-se em conta as características próprias das pessoas com síndrome de Down.

É importante ressaltar que o atraso no desenvolvimento cognitivo não o torna incapaz, pelo ao contrario se o individuo tiver acesso a um acompanhamento apropriado, pode sim ter uma vida educacional de qualidade.

Vygotsky (1997) enfatiza que a deficiência não pode ser reduzida aos seus componentes biológicos, como lesões cerebrais, más-formações orgânicas e alterações cromossômicas, as quais ele define como deficiência primária. Para o autor, a deficiência também pode ser secundária quando é decorrente das mediações sociais, ou seja, quando o meio sociocultural em que as crianças com deficiência estão inseridas, criando barreiras físicas educacionais e atitudinais.

Nessa perspectiva, as barreiras educacionais e atitudinais que provocam as desvantagens aos portadores de deficiência precisam ser enfrentadas a partir de uma ampla discussão não só da gestão escolar, mas também da sociedade, permitindo uma reflexão sobre a forma de agir com relação à diferença.

A escola tem que estar preparada para atender as necessidades educacionais do aluno, elaborando um planejamento diário fazendo com que a criança com a síndrome de Down trabalhe a cooperação, organização, movimentos, compreensão e trabalhar de forma lúdica onde o aluno possa correr pular, rolar, trabalhando assim sua coordenação motora, o desenvolvimento Social, afetivo e a linguagem. De acordo com Vygotsky (1998) a interação com diferentes contextos comunicativos possibilita a aquisição da linguagem oral e se repercute na linguagem escrita.

A interação da criança Down com outras pessoas é de extrema importância, pois é onde ela observa o diálogo e aprende a distinguir objetos, animais e pessoas e isso ajuda a auxiliar os sentidos, tanto na audição como na visão, ajudando no aprimoramento do raciocínio, melhorando as ações motoras e cognitivas tanto da fala quanto na escrita. Para Alves,

[...] na criança com Síndrome de Down a prontidão para a aprendizagem depende da complexa integração dos processos neurológicos e da harmoniosa evolução de funções específicas, como a linguagem, percepção, esquema corporal, orientação espaço-temporal e lateralidade (ALVES, 2007, p. 41).

Por esse motivo é importante que a criança seja estimulada pedagogicamente desde pequena, pois, ao contrário das crianças comuns, o aluno com Down possui limitações. Contudo, é preciso que o processo de ensino aprendizagem comece o mais cedo possível para que o desenvolvimento de funções e aspectos cognitivos seja alcançado.

O planejamento para um aluno com a síndrome de Down requer adaptações, porém, dentro dos princípios básicos da educação, a criança não pode ficar presa na rotina da sala de aula, o docente deve explorar outros ambientes, fazendo com que a criança tenha acesso ao meio em que ela vive.

É preciso ter atenção com as atividades mais prolongadas, não se deve cobrar das crianças com a síndrome um tempo de atenção mais prolongado (ALVES, 2007). O indivíduo com Down, além de não ter um tempo fixo para uma evolução educacional, perde sua concentração com muita facilidade. Então, atividades muito longas acabam ficando desinteressantes e cansativas. Por isso, as propostas curriculares têm que estar adaptadas para que o aprendizado dessas crianças não fique deteriorado.

Sendo assim, é fundamental que os profissionais voltem a atenção para compreensão da dinâmica de funcionamento da inclusão social, conhecer como se processa a interação da criança portadora de deficiência, bem como sua inserção nos diversos contextos socioculturais para que o processo de inclusão no ensino regular possa aumentar oportunidades; permitindo a participação de todos no seu processo educativo, promovendo modificações necessárias e se adequando as diferentes deficiências de cada indivíduo.

Portanto, é necessário aplicar estratégias de ensino e oferecer suporte para que o aprendizado do deficiente intelectual seja alcançado, mesmo que de forma diferenciada das outras pessoas. Assim, deve considerar que o deficiente intelectual possui sim limitações, mas é capaz de adaptar-se às diversas situações da vida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a realização desta pesquisa, além de um levantamento bibliográfico, realizou-se uma pesquisa de campo em uma escola estadual da cidade de Januária- MG. Para isso, foi elaborado um questionário com sete questões discursivas, que foram respondidas por três professores que estão envolvidos diretamente no processo inclusivo, da referida escola.

Para compreender melhor as discussões dessa investigação, organiza-se a discussão dos questionários nas seguintes categorias: a primeira categoria refere-se à formação acadêmica e cursos relacionados à formação continuada dos professores entrevistados. A segunda categoria refere-se à inclusão de alunos especiais no ensino regular. Por fim, a terceira categoria, está direcionada a

inclusão, práticas e desafios da inserção de alunos com deficiência intelectual, especificamente, síndrome de Down no ensino regular. Por questões éticas, os professores são nomeados de A, B, C.

Na primeira categoria, a formação acadêmica e cursos relacionados à formação continuada dos professores entrevistados; constata-se que as três professoras possuem graduação em Pedagogia e especialização na área de inclusão. A professora “A” possui curso de aperfeiçoamento em deficiência intelectual, tecnologia assistiva, comunicação alternativa, Transtornos invasivos do desenvolvimento – TDI e TGD, cursando pós-graduação em educação especial inclusiva. A Professora “B” possui curso básico em Libras, Braile e Baixa visão, AEE – Sala de recursos/ surdez cursando pós-graduação em educação inclusiva especial. A Professora “C” possui curso básico de Língua Brasileira de sinais (LIBRAS) / IFNMG. As professoras consideram ainda que a escola é inclusiva e o Projeto Político Pedagógico faz referência à inclusão escolar, pois recebem todos os alunos não só com a síndrome de Down, mas com outras deficiências; sendo respeitados no contexto escolar.

Cabe destacar que é necessário que os professores tenham condições para possibilitar a existência de uma escola inclusiva. Daí a importância de cursos e pós-graduações para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas; facilitando assim a aprendizagem dos alunos especiais na rede regular de ensino. De acordo com a pesquisa, isso vem acontecendo, pois os professores tem se preocupado com a capacitação para que escola se torne cada dia mais inclusiva.

A segunda categoria refere-se à inclusão de alunos especiais no ensino regular; quanto aos fatores positivos sobre a inclusão, a professora “A” diz que a educação é um direito de todos e com a inclusão é possível formar um cidadão participativo e responsável diante das demandas da sociedade, onde estes alunos com deficiência poderão encontrar o conhecimento, a superação e as descobertas. A professora “B” diz que se deve perceber que a deficiência não é impedimento. A professora “C” diz que as escolas estão se reestruturando para atender as características e deficiências de cada criança. Os professores regentes de turmas estão mais atentos às diferentes dificuldades dos alunos, trabalhando dia a dia na construção do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual do aluno) para compreender e entender melhor as dificuldades dos educandos.

Em relação aos pontos negativos, foram identificadas respostas divergentes entre as educadoras. A professora “A” diz que falta capacitação dos profissionais; falta de preparo dos demais alunos; a não preparação do aluno sem deficiência quanto à integração do aluno com deficiência e o apoio da família. A professora “B” retrata que ainda existe discriminação com essas crianças. A professora “C” fala que diante de tantas buscas pelo professor em melhorar a qualidade de suas aulas para alunos com deficiência, o docente continua sendo desvalorizado.

Quanto às ações que poderiam melhorar o processo de inclusão no contexto escolar, as professoras pontuam que falta apoio de profissionais da área da saúde, que trabalham com alunos,

como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos ou médicos como também o apoio da família. Capacitações para os professores regentes de turmas para que haja troca de experiências bem como investimento na estrutura física das escolas.

Assim, de certa forma, não há dúvidas que um conjunto de professores qualificado, é necessário para o ensino inclusivo em uma escola inclusiva, ou seja, as escolas em que trabalham professores desse tipo são as que demonstram que existe a inclusão, que é um dos objetivos a serem alcançados.

Na terceira categoria, as professoras destacam práticas e desafios da inserção de alunos com deficiência intelectual, especificamente, síndrome de Down no ensino regular. As professoras A e C relatam que o aluno com síndrome de Down ou qualquer outro, que tenha alguma deficiência, consegue aprender, pois todo aluno que recebe algum estímulo, respeitando o seu tempo, desenvolve capacidades e competências.

O aluno com síndrome de Down aprende no seu tempo, de acordo com sua deficiência, geralmente variando de retardo mental leve a profundo. Além disso, eles devem ser estimulados e quanto mais cedo for iniciado esse processo, maior será a sua independência em casa e no ambiente escolar. A professora “B” diz que a criança com síndrome de Down não só aprende como ensina os outros colegas, ele é capaz de desenvolver todas as suas capacidades dentro dos seus limites.

As professoras “A” e “C” relatam sobre as práticas para o aluno com síndrome de Down, que devem ser diferentes dos demais educandos, pois o aluno com Down apresenta dificuldades em decompor tarefas, juntar habilidades e ideias, reter e transferir o que sabem. Todo aprendizado deve sempre ser estimulado a partir do concreto necessitando de instruções visuais para consolidar o conhecimento. Tem-se, por exemplo, jogos pedagógicos, música, jogos de memorização, imagens coloridas e material adaptado de acordo à aprendizagem, entre outros. A professora “B” diz que as práticas devem ser adaptadas de acordo ao currículo que está sendo apresentado pelo professor.

A professora “A” e “B” relatam que um dos maiores desafios na inclusão de alunos com síndrome de Down ainda é o preconceito da sociedade e principalmente da família; e não somente alunos com síndrome de Down, mas com todos os alunos que possuem necessidades educacionais especiais. A professora “C” diz que o aluno com síndrome de Down precisa de atendimento individualizado, porém a lei não garante o professor de apoio para o aluno Down. Sendo que o aluno da escola pesquisada tem atendimento com o professor de apoio, porque em seu laudo médico consta também que ele é autista.

Ainda falta muito investimento na educação para que seja alcançada uma educação de qualidade. A inclusão se comparada com o passado, alcançou um avanço significativo. No entanto, é fato que ainda é preciso haver mais mudanças para que a inclusão de fato ocorra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no tema pesquisado, é possível notar que o processo inclusivo avançou em relação aos anos passados. Neste estudo sobre o processo de inclusão dos alunos com síndrome de Down, no ensino regular, constata-se que é notável que o professor seja o mediador diante da proposta inclusiva, na qual o aluno realmente aprenda.

Os efeitos dessa dinâmica permitem que os educadores se interroguem sobre a realidade vivenciada. Busquem a cada dia o aprimoramento e potencialização em cursos de aperfeiçoamento para lidar com a diversidade dentro dos estabelecimentos de ensino. Daí cabe ao Governo rever a valorização do professor para que seja possível alcançar uma educação de qualidade para todos.

É importante destacar outro fator interessante que está relacionado à inclusão e aprendizagem do aluno com síndrome de Down no ensino regular, pois conforme relatos obtidos através da pesquisa de campo, embora haja dificuldades, o aluno com Down consegue aprender, através de atividades lúdicas e adaptadas a sua realidade.

Nesse sentido, destaca-se a necessidade de entender a inclusão social como um direito de conviver com a diversidade. Ainda assim, falta muito para que a educação inclusiva seja eficaz, porque há poucos cursos de capacitação e falta de material didático. Embora as três professoras investigadas tenham formação na área, os demais docentes não entendem acerca do assunto e têm dificuldades na adaptação das práticas de acordo com as especificidades do aluno com síndrome de Down.

Por fim, a inserção de alunos com síndrome de Down na rede regular de ensino mostrou que eles são capazes de aprender e conviver em sociedade, permanecendo no ensino regular e proporcionando aos educadores novas experiências e novos paradigmas de aprendizado. Conscientizando que os educadores capacitados são fundamentais para o desenvolvimento desses alunos.

É fundamental que a inclusão ocorra de maneira que todos possam se sentir parte desse processo de ensino e realmente aprendam.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Para entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: WAK, 2007.

A DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/salamanca.txt>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**- Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social**: questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009.

CASTRO, Atonilma Santos Almeida; SUSANA, Couto Pimentel. **Síndrome de Down**: desafios e perspectivas na inclusão escolar. Disponível em: <books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-28.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência as escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALÁCIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-31.

MINAS GERAIS. Secretária de Estado de Educação. **Caderno de textos para a formação de professor da rede pública de ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. (Projeto Incluir).

NOVAES, M. E. **Inclusão**: um movimento mundial e nacional. In: Secretaria de Estado de Minas Gerais. Caderno de Minas Gerais: Geraes, 2006. p. 9.

PETEAN, E. B. L.; BORGES, C. D. Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 195-204, 2002.

REVISTA INCLUSÃO. Ano III, n. 4, jun. 2007.

RODRIGUES, Cinthia. **Formas criativas para estimular a mente de alunos com deficiência**. Disponível em: <<http://praticasinclusivas.files.wordpress.com/2011/04/deficic3aancia-intelectual.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **Formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Disponível em: <http://educadoresemluta.blogspot.com.br/2009/12/vygotsky-ls-formacao-social-da-mente_10.html>. Acesso em: 10 ago. 2014.